



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Arte, Cultura e Comunicação [ST]

MODERNISMOS BRASILEIRO E PORTUGUÊS: RELAÇÕES DE MÚTUA NEGAÇÃO

TEIXEIRA, Ana Lúcia

Doutora em Sociologia da Cultura

Universidade Federal de São Paulo

alu.fteixeira@gmail.com

Resumo

Esta comunicação buscará perscrutar as razões pelas quais se deu o rompimento do diálogo intelectual entre os escritores do Modernismo brasileiro e do Modernismo português. Envolvidos que estavam em uma problemática comum, a da renovação das linguagens artísticas, tanto modernistas brasileiros quanto portugueses encontraram um patamar comum no qual estabelecer seu enfrentamento mais direto: aquele que pudesse fazer ruir os parâmetros acadêmicos da arte nacional em prol de uma linguagem renovada cujos efeitos excederiam largamente o plano da literatura. Tanto em Portugal quanto no Brasil, desenvolveu-se um verdadeiro projeto que costurava uma renovação da linguagem artística com a modernização da própria nação, articulando, portanto, o movimento modernista com uma proposição de Modernidade. Daí que a noção de Modernidade que se pôde fazer brotar a partir de ambos os movimentos possui, na contramão do que se deu com o Modernismo centro-europeu, uma marcada fisionomia nacionalista, que adquiriria diferentes matizes nas obras de diferentes autores. Esse atributo comum é mobilizado na esteira da perspectiva de múltiplas Modernidades que podem ser formuladas dentro de cada um desses projetos modernistas e a partir das especificidades sociais de que cada um deles dispunha. A despeito dessa problemática de fundo comum, as soluções textuais encontradas são bastante diversas. É precisamente na saída encontrada por cada um desses movimentos para se compassar com as vanguardas modernistas centro-européias que reside a incompatibilidade que os levou a impedir um debate intelectual profícuo: como parte do passado negado pelo Modernismo brasileiro, Portugal é tomado como anti-moderno por excelência e colocado de lado, a despeito da antecedência do seu movimento modernista; como figura não conivente com o mito do heroísmo desbravador do português que deu ao mundo moderno o traçado que ele tem hoje, o Brasil é interlocutor de somenos importância. Esta comunicação buscará estruturar essas hipóteses explicativas.

Abstract

This paper will seek to scrutinize the reasons of the intellectual breakup between the writers of Portuguese and Brazilian Modernism. As modernists in general, they were involved in a common issue, the renewal of artistic languages, and both, Brazilian and Portuguese modernists, found a common ground on which to establish its most direct confrontation: that one who could bring down the parameters of the national academic art in favor of a renewed language whose effects greatly exceed the level of literature. Either one or the other were engaged to a project capable of sew the artistic level with the modernization of the nation itself, thus articulating the modernist movement with a proposition of Modernity. Therefore the notion of modernity that could bring forth from both movements has, contrary to what happened with the Central European Modernism, a marked nationalist face, which acquire different nuances in the works of different authors. This commonality is mobilized in the wake of multiple modernity's, perspective that can be made within each of these modernist projects and from social specificities of each one of them. Despite this problem of common background, the textual solutions proposed by them are quite different. It is precisely the solutions found by each of those movements to p
ace with the central European modernist vanguards that led them to prevent a meaningful intellectual debate: as part of the past denied by Brazilian Modernism, Portugal is taken as anti-modern for excellence and set aside, despite the advance of his modernist movement; as an inconvenient element for the mythic narrative of Portuguese explorer who gave the world its modern drawing, Brazil is an unimportant interlocutor. This paper will seek to structure these hypotheses.

Palavras-chave: Modernismo português, modernismo brasileiro, modernidades múltiplas, Oswald de Andrade, Almada Negreiros

Keywords: Portuguese Modernism, Brazilian Modernism, multiples modernities, Oswald de Andrade, Almada Negreiros

O texto que preparei para vocês busca apresentar os resultados de minha pesquisa de doutoramento, e nesse sentido, certamente passarei de forma um pouco abrupta por detalhes que são importantes. Não há como ser diferente. Mas a oportunidade de falar para essa plateia sobre as questões de minha pesquisa não podia ser desperdiçada.

Por isso vou começar contando uma pequena história. Quando encerrei minha dissertação de mestrado, em que buscava pensar a poesia heteronômica de Álvaro de Campos à luz da perspectiva foucaultiana das posições do sujeito, passei por aquele interregno que envolve buscar uma temática nova. Interrogada por uma professora sobre a sequência das minhas pesquisas, envergonhada por dizer que ainda não sabia, disse que gostaria de estudar uma temática brasileira mas não gostaria de abandonar inteiramente meu tema do mestrado. E então ela me advertiu: “não se esqueça que o Antonio Candido disse que a partir do modernismo nós não temos mais nada em comum com Portugal!”. E para quem não está familiarizado com a crítica brasileira, Antonio Candido é o mais importante e reconhecido crítico literário brasileiro, com formação nas Ciências Sociais.

Eis que minha temática apareceu ali, naquela frase, naquela impossibilidade. Eu me perguntava: como será possível que compartilhando de um tronco comum, as literaturas modernistas brasileira e portuguesa não tenham de fato, nada em comum. E ousei apresentar um projeto em que punha essa perspectiva em questão, convicta de que encontraria nas expressões mais vanguardistas de ambos os modernismos elementos similares incontestes. Cavei o que foi possível cavar, vim até Portugal, convencida de que os ares da academia brasileira me impediam de encontrar as respostas que procurava, e mesmo aqui, não pude localizar a semelhança temática e formal que procurava.

Minha pergunta foi então reformulada: quais eram as razões pelas quais o diálogo intelectual entre os escritores do Modernismo brasileiro e do Modernismo português se rompeu? Envolvidos que estavam em uma problemática comum, a da renovação das linguagens artísticas em face de uma estética ultrapassada mas ainda recente, e comum a ambos, não teriam os dois movimentos se beneficiado de um diálogo mais estreito? Não teriam ao menos se interessado mais intensamente pela forma como o outro manufaturava expressões inovadoras da língua? O que daria inteligibilidade a essa mútua negação?

Não foi no âmbito estrito da produção literária que consegui formular as minhas hipóteses sobre essa questão, mas no projeto nacional a que ambos os movimentos se dedicaram, e na inconveniência que a existência do outro (portugueses para brasileiros e vice-versa) punha no âmago desses projetos.

Eu gostaria de passar por muitos detalhes da poesia pessoana, da literatura almadiana, oswaldiana e marioandradina para dar um pouco mais concretude aos elementos em que assento minha interpretação. Com essa impossibilidade, vou direto às hipóteses:

Uma das razões pelas quais o modernismo brasileiro conta com o apoio e o entusiasmo das elites locais advém de sua consonância com um processo mais amplo de modernização que perpassava diferentes vertentes da sociedade nas primeiras 3 décadas do século XX. Para tratar dessa questão é necessário circunscrever o contexto em que, no Brasil, se deu o modernismo mais alinhado com as propostas das vanguardas européias, o modernismo paulista, assim como ressaltar que a relação desse movimento com o seu contexto foi de mútua afirmação.

É vasta na bibliografia que trata da posição de São Paulo na constituição da Primeira República a referência à sua pujança econômica, que se fazia sentir agudamente desde antes do momento da sua proclamação. Para o delineamento do desenvolvimento econômico de São Paulo no primeiro período republicano, é possível desmembrar as forças que aceleravam a economia paulista da época em 3 vertentes: o capital cafeeiro, o capital externo e o empresário imigrante. Primeiramente, a expressão *capital cafeeiro* não é gratuita. Considerando que, embora sejam a propriedade da terra e a produção do café as atividades sustentadoras do processo de urbanização da capital paulista e a principal atividade econômica pelo menos até a década de 1930, são os mesmos agentes sociais que compõem a oligarquia cafeeira e investem nas novas atividades ligadas ao acúmulo do capital no cenário urbano. É preciso considerar ainda que a demanda crescente do café no mercado internacional, combinada com a dispensa da mão-de-obra escrava, impõe como saída necessária

ao incremento da produção o recurso à mão-de-obra imigrante, livre e assalariada, o que confere à própria atividade cafeeira uma formatação mais empresarial do que aquela com que se apresentava anteriormente.

A instalação, em 1899, da companhia canadense *The São Paulo Light and Power Company* é um marco indiscutível desse processo, sendo vastamente citada na historiografia sobre período como a empresa que leva as companhias locais à falência e monopoliza todos os serviços públicos urbanos da Capital. Paralelamente, estava posto o problema da modernização do desenho urbano da cidade, empreendido por outra companhia de capital estrangeiro, a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Co.* é exemplar desse processo, tendo empreendido o desmatamento do que restava da Mata Atlântica na colina mais alta da cidade, a Avenida Paulista e a transformado, pelas mãos do arquiteto Barry Parker, num belo jardim gramado inglês, condizente com a reurbanização que começava a sair do projeto e abria a vista, do alto da Paulista, para o primeiro bairro moderno da capital. Tratava-se de um remodelamento da cidade para que ela pudesse acolher uma oligarquia agrária que se mudava para a capital e buscava acertar o passo com um estilo mais cosmopolita de viver, mais condizente com seus novos investimentos, próprios de uma economia liberal. Assim, a noção de modernização no contexto paulista da passagem do século, é o resultado de uma combinação de padrões de produção e de consumo, de diversificação econômica e da conseqüente reformulação dos estilos de vida.

Com esse projeto de modernização a literatura modernista da ponta vanguardista, notadamente sob a pena de Oswald de Andrade, se alinha pensando as formas de reinventar o Brasil e com isso negar parte de sua história. O mote inicial de *Pau Brasil*, livro que vem a público em 1924, torna inequívoca a tentativa de apagamento da presença portuguesa na história brasileira: “por ocasião da descoberta do Brasil”. É interessante pensar de que forma uma figura mitológica serve aos propósitos do poeta de maneira bastante engenhosa: nos diversos momentos em que é necessário empreender um trabalho de enraizamento na terra, que ateste em alguma medida quem são os seus “legítimos herdeiros”, é da figura do bandeirante que se fala, o desbravador de terras, avassalador de aldeias jesuítas espanholas e preador de índios para escravização. O fato de que quase todas as figuras que compuseram as bandeiras se não era portuguesa descendia diretamente de portugueses, é inteiramente obliterado do livro, na mesma medida em que personagens portuguesas, como Gago Coutinho, são satirizadas sem piedade.

O movimento desse livro-poema envolve considerar o Brasil como que nascido de si mesmo e da terra do continente novo, ao mesmo tempo em que o lugar periférico ocupado por Portugal no contexto internacional, ao qual Drummond se referiu dizendo que “Portugal é um povo que gerou os Lusíadas e morreu”ⁱ, é repetido à exaustão em diversas expressões do modernismo brasileiro.

Isso não se dá, no meu modo de ver, pelas razões apontadas por Eduardo Lourenço, para quem uma óbvia leitura de psicanálise histórica localiza “no *recalcamento* do elo fundador da realidade brasileira”ⁱⁱ as razões dessa hostilidade. A meu ver, é na consideração da fraqueza e não da força de Portugal que a intelectualidade brasileira assume essa postura, ignorando o movimento modernista português que, inclusive, lhe antecede e tomando-o como arcaico e anti-moderno por excelência. Não se trata de assassinar um pai forte, mas de abandonar aquilo que se considera ser o entrave de seu projeto modernizador de envergadura nacional: a herança cultural portuguesa.

Do outro lado do Atlântico, a concepção de Modernidade que se pode plasmar da literatura que vinha sendo produzida é bastante diversa daquilo que mobiliza a literatura brasileira. Muito distante da preocupação com a renovação dos estilos de vida, a modernização de Portugal tem um sentido eminentemente político.

Contextualizado num ambiente de exaltadíssimo vezo nacionalista, o Modernismo português emerge como uma resposta cultural a um ambiente literário, novamente recorrendo aos termos de Celina Silva, “mais que medíocre, passadista, onde pululavam epígonos das várias correntes finisseculares, que entre si digladiavam em intermináveis polêmicas e cujas produções plasmavam uma postura de banal mundanismo e parco valor poético.”ⁱⁱⁱ

Em larga medida animados por este contexto, Pessoa e Almada são duas das figuras mais representativas da formulação de um nacionalismo fortemente centrado na literatura (penso aqui principalmente em *Mensagem* e em *Histoire du Portugal par coeur*) que desse conta da superação da mediocridade passadista a que se refere Celina Silva, mas não só ela.

Levando em conta a cena política que antecede imediatamente a emergência do Modernismo em Portugal é possível aferir que este movimento literário é também, em grande medida, uma resposta a uma crise política de envergadura nacional instaurada pelo menos desde o *Ultimatum*, que permeia a vida cultural com a capacidade de fazer emergir movimentos literários diretamente vinculados à cena política, como é o caso do Saudosismo e do Integralismo. O Modernismo português, de forma diversa desses últimos, e de maneira internamente diferenciada, também extrapola o âmbito propriamente literário e busca dar respostas, sempre no sentido da modernização, para problemas também de ordem política.

Guardadas as diferenças estilísticas e mesmo políticas entre Almada e Pessoa, definitivamente o que os aproxima é tomada de Portugal como questão, e a mitologização de personagens que falam de um Portugal dos tempos áureos, notadamente nesses dois livros-poemas mencionados. Em ambos os conjuntos poéticos, a nação a ser construída não é exatamente inédita, mas fundamente inspirada no momento em que Portugal ocupara o papel de centro do mundo ocidental. O empenho mesmo teórico em propor a emergência do V Império como um império de cultura é uma questão cara ao Modernismo português, e tem clara inspiração na no momento áureo história nacional.

Ora, um Brasil que recentemente havia proclamado a República e expulso a família real portuguesa evidentemente é um acorde dissonante numa narrativa que apresenta um Portugal etéreo, feito de sonho, mítico. Como figura não conivente com o mito do heroísmo desbravador do português que deu ao mundo seu traçado moderno, o Brasil é interlocutor de pouca importância.

Tanto em Portugal quanto no Brasil, desenvolveu-se um verdadeiro projeto que costurava uma renovação da linguagem artística com a modernização da própria nação, articulando, portanto, o movimento modernista com uma proposição de Modernidade. Daí que a noção de Modernidade que se pôde fazer brotar a partir de ambos os movimentos possui, na contramão do que se deu com o Modernismo centro-europeu, uma marcada fisionomia nacionalista, que adquiriria diferentes matizes nas obras de diferentes autores. Esse atributo comum é mobilizado na esteira da perspectiva de múltiplas Modernidades, tal como as pensa Eisenstadt, que podem ser formuladas dentro de cada um desses projetos modernistas e a partir das especificidades sociais de que cada um deles dispunha. A despeito dessa problemática de fundo comum, as soluções textuais encontradas são bastante diversas porque diversos são os ângulos do qual testemunharam uma história em larga medida compartilhada: no caso brasileiro, tratou-se, na afirmação de uma autonomia nacional, de rasurar parte componente de seu passado e constituir um cânone literário que se estrutura sobre uma perspectiva auto-referida, como se a cultura brasileira não se tivesse originado de nada que não dela própria, numa perspectiva autóctone que é tão mais eficaz quanto mais velado é esse seu atributo; no caso português, tratou-se de abdicar de um dos mais fundamentais eixos do Modernismo, o da negação do passado, nele fincando a imagem a partir da qual foi possível fazer ressurgir um Portugal modernizado. É precisamente na saída encontrada por cada um desses movimentos para se compassar com as vanguardas modernistas centro-europeias que reside a incompatibilidade que os levou a impedir um debate intelectual profícuo.

ⁱ Carlos Drummond de Andrade. Poesia Brasileira. In Diário de Minas, Belo Horizonte, 17 de outubro de 1924, *apud* Arnaldo Saraiva. *Modernismo brasileiro e Modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*, op. cit., p.21.

ⁱⁱ Eduardo Lourenço. “Nós e o Brasil: ressentimento e delírio”. In _____. *A Nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.135 grifos meus.

ⁱⁱⁱ Celina Silva, *Almada Negreiros: a busca de uma poética da ingenuidade ou a (re)invenção da utopia*. Lisboa, Fundação António de Almeida, 1994, p.78.